



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES – ICHCA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTE E SOCIEDADE

ANA BEATRIZ PEREIRA DE OLIVEIRA

VANDALISMO E ARTE:
REFLEXÕES SOBRE O 8 DE JANEIRO DE 2023 NO BRASIL

Maceió

2024

ANA BEATRIZ PEREIRA DE OLIVEIRA

VANDALISMO E ARTE:
REFLEXÕES SOBRE O 8 DE JANEIRO DE 2023 NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-graduação em Arte e Sociedade da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do título de Pós-graduada em Arte e Sociedade.

Orientador: Dr. Ednaldo Cândido Moreira Gomes.

Maceió

2024

:

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Helena Cristina Pimentel do Vale CRB-4/661

O48v Oliveira, / Ana Beatriz Pereira de.
Vandalismo e arte : reflexões sobre o 8 de janeiro de 2023 no Brasil / Ana Beatriz Pereira de Oliveira. – 2024.
45 f. : il.

Orientador: Ednaldo Cândido Moreira Gomes.
Monografia (Especialização em Arte e Sociedade) – Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 44-45.

1. Arte pública – Brasil – 2023. 2. Arte e vandalismo. 3. Censura. 4. Motivação política. 5. Intolerância. I. Título.

CDU: 7.067.2(81)

Dedico o meu TCC a minha mãe Maria Goreti Sales Pereira de Oliveira que sempre gostou muito de Arte e valoriza cada uma de suas linguagens, pois compreende o valor histórico e cultural de cada manifestação artística. Além disso, ela gosta de muito de visitar museus, gosta da arte popular e a arte pública, que é a que mais sofre vandalismo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe Maria Goreti Sales Pereira de Oliveira, à minha irmã Clarissa Pereira de Oliveira e ao meu irmão Luís Fernando Pereira de Oliveira que me ajudaram bastante durante o meu curso de Pós-graduação em Arte e Sociedade.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ednaldo Cândido Moreira Gomes, pelas orientações para o enriquecimento da minha formação, pela paciência e atenção a mim dedicadas.

Além deles, agradeço também aos meus colegas de turma que estiveram presentes durante os meus trabalhos da pós-graduação, que me acompanharam durante a minha formação, que me acolheram e me ajudaram no curso.

A arte existe porque a vida não basta.

(GULLAR, Ferreira – “A luta Corporal” - 1976)

RESUMO

Este trabalho aborda os atos de vandalismo na arte. O objetivo é compreender as razões que sustentam alguns atos de vandalismo contra a arte, principalmente os que depredaram as obras do patrimônio artístico nacional, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, aos 8 de janeiro de 2023. Reflete sobre as motivações religiosas, políticas e político-partidárias no Brasil e sobre a intolerância, preconceito e discriminação que sustentam essas motivações. Através de pesquisas bibliográficas, foi explanada parte da história do surgimento do vandalismo, sua origem e suas repercussões nos dias atuais, assim como a ligação do vandalismo com a censura, as relações possíveis entre o vandalismo e motivações religiosas e entre o vandalismo e as motivações políticas. Foi realizada uma reflexão sobre os acontecimentos do dia 8 de janeiro de 2023, em Brasília, concluindo que eles foram consequência das motivações partidárias que se consolidaram na ignorância e intolerância política, levando ao extremismo expresso nos atos de vandalismo que vilipendiou as obras de arte que representam a nossa identidade e memória cultural. Portanto, este estudo contribuiu para a compreensão das motivações que sustentam os atos de vandalismo e das possíveis medidas para evitá-los.

Palavras-chave: vandalismo na arte; arte pública; censura; motivações políticas; intolerância.

ABSTRACT

This work addresses acts of vandalism in art. The objective is to understand the reasons behind some acts of vandalism against art, mainly those that vandalized works of national artistic heritage, in Praça dos Três Poderes, in Brasília, on January 8, 2023. It reflects on religious and political motivations and political parties in Brazil and about the intolerance, prejudice and discrimination that sustain these motivations. Through bibliographical research, part of the history of the emergence of vandalism was explained, its origin and its repercussions today, as well as the connection between vandalism and censorship, the possible relationships between vandalism and religious motivations and between vandalism and religious motivations. policies. A reflection was carried out on the events of January 8, 2023, in Brasília, concluding that they were a consequence of partisan motivations that were consolidated in ignorance and political intolerance, leading to extremism expressed in acts of vandalism that vilified the works of art that represent our identity and cultural memory. Therefore, this study contributed to understanding the motivations that support acts of vandalism and possible measures to prevent them.

Keywords: vandalism in art; public art; censorship; political motivations; intolerance.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Foto de D. Pedro II- (Gabriela Graciosa da Fonseca).....	30
Imagem 2 - Pichação no Monumento às Bandeiras, com uso de tinta vermelha e frase “Bandeirantes Assassinos”	31
Imagem 3 - Manifestantes invadem o Congresso Nacional em 8 de janeiro de 2023.	36
Imagem 4 - Painel “As mulatas” de Di Cavalcanti – (Senadora Elizama Gama).....	37
Imagem 5 - “O relógio” de Balthazar Martinot – (Senadora Elizama Gama).....	38
Imagem 6 - A estátua da justiça de Alfredo Ceschiatti – (Senadora Elizama Gama).....	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 VANDALISMO E CENSURA NAS OBRAS DE ARTES.....	12
1.1 A ORIGEM DO VANDALISMO	13
1.2 A ARTE E O VANDALISMO	15
1.3 A ARTE E A CENSURA.....	17
2 MOTIVAÇÕES DO VANDALISMO NA ARTE	21
2.1 VANDALISMO POR MOTIVAÇÕES RELIGIOSAS	21
2.1.1 A iconoclastia.....	22
2.2 MOTIVAÇÕES DO VANDALISMO NA ARTE PÚBLICA	26
2.3 VANDALISMO CONTRA O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL	29
3 VANDALISMO E MOTIVAÇÕES PARTIDÁRIAS: REFLEXÕES SOBRE O 8 DE JANEIRO DE 2023... ..	32
3.1 ARTE E POLÍTICA.....	33
3.2 O OITO DE JANEIRO DE 2023.....	34
3.3 REFLEXÕES SOBRE O OITO DE JANEIRO.....	40
CONCLUSÃO.....	43
REFERÊNCIAS.....	45

INTRODUÇÃO

O que pode levar um grupo de pessoas a destruir obras de arte? Quais motivos as mobilizam para vandalizarem algo que também as representam? As obras de arte são manifestações humanas, expressas de forma criativa, criadas a partir de sentimentos, emoções e preocupações sociais. Elas podem representar a memória, a história, a identidade cultural de um povo, o contexto político de uma época; além de comunicarem e refletirem emoções e perspectivas de seus criadores, também causam sentimentos diversos nos seus espectadores e, através delas, pode-se refletir sobre o passado, o presente e o futuro de uma sociedade.

Por que são feitos atos de vandalismos contra a arte? Quais motivações sustentam esses atos? O que levou um grupo de pessoas a vandalizarem obras do patrimônio artístico nacional?

O objetivo deste trabalho é compreender as razões que sustentam alguns atos de vandalismo contra a arte, principalmente os que depredaram as obras do patrimônio artístico nacional, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, aos 8 de janeiro de 2023, refletindo sobre as motivações religiosas, políticas e político-partidárias no Brasil, além da reflexão acerca da intolerância e da discriminação que sustentam essas motivações. Buscaremos ampliar os saberes e colaborar para que o patrimônio artístico possa ser melhor compreendido pela sociedade e, conseqüentemente, bem preservado.

Será considerado neste trabalho as obras artísticas do patrimônio cultural material: os prédios, as coleções de arte, monumentos ligados a um local, com ênfase, principalmente, nas pinturas e esculturas.

Para atingir os objetivos, será realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o vandalismo contra a arte ocidental e sobre os atos do dia 8 de janeiro de 2023. De posse desse conhecimento, algumas reflexões serão apresentadas com o intuito de se pensar medidas públicas mais efetivas que visem colaborar para a preservação da arte e da nossa memória cultural.

Inicialmente será explanada parte da história do surgimento do vandalismo, sua origem e suas repercussões nos dias atuais. Também será abordada a ligação do vandalismo com a censura; as relações possíveis entre vandalismo e motivações religiosas e entre o vandalismo e as motivações políticas. Em seguida, trataremos sobre os acontecimentos do dia 8 de janeiro de 2023, em Brasília, e as reflexões sobre as suas possíveis causas.

O autor Victor Correia será nosso guia e nosso horizonte primeiro de diálogo. A obra escolhida será “A censura e o vandalismo”, de 2019. Por fim, discorreremos sobre o vandalismo

na arte no Brasil e sobre o 8 de janeiro de 2023, utilizando como fonte principal o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI)¹.

1 VANDALISMO E CENSURA NAS OBRAS DE ARTE

Desde pequena sempre estive envolvida com a arte, seja através da vivência de diversas experiências artísticas que criava a partir de materiais do meu cotidiano, seja por visitas a museus, livros de arte que chegavam às minhas mãos através dos meus pais ou de participar, como espectadora, de espetáculos artísticos.

Durante a faculdade de Licenciatura em Teatro na UFAL, principalmente durante as aulas de “História da Arte 2”, na experiência de criar objetos cubistas dentre outras atividades prazerosas, decidi ser professora para propagar a importância da arte e da sua preservação.

Por ser professora de Arte e identificar a importância das suas linguagens como atividades humanas capazes de comunicar pensamentos, visões de mundo, sentimentos, anseios pessoais e coletivos, podendo, dessa forma, ser portadora da identidade cultural de um lugar, da sua história e dos seus valores estéticos, preocupa-me as notícias sobre o vandalismo na arte. Esses atos capazes de destruir obras, também podem “matar” a memória de um povo, de diversas épocas e contextos políticos, cometendo um grande crime contra a nossa cultura, contra a nossa identidade e história. Foi o que aconteceu na Praça dos Três Poderes, em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023.

Compreender por que atos como esses de vandalismo acontecem, o que dão origem a eles e identificar as possíveis causas que os sustentam, são algumas das razões que me impulsionaram a escrever este trabalho. Nele não serão abordadas todas as motivações que possam levar aos atos de vandalismo, como as que são concretizadas por discriminação aos artistas, devido à sua personalidade, à sua forma de vida, ao seu sexo, à sua idade; aqui foi priorizada uma abordagem geral sobre a destruição de obras de arte que tem como fio condutor o preconceito e a intolerância religiosa e política, dando ênfase à arte que é muito suscetível de ser vandalizada: a arte pública.

¹ A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), composta por deputados federais e senadores, foi uma investigação sobre os ataques antidemocráticos realizados em Brasília (DF) no dia 08 de janeiro de 2023 contra o Palácio do Planalto, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o próprio Congresso Nacional.

Inicialmente, me debruçarei sobre o livro “A Censura e o Vandalismo na Arte”, de Victor Correia², onde o mesmo trata da censura e do vandalismo na arte, distinguindo esses dois conceitos (embora, às vezes, eles possam se apresentar interligados).

O autor admite que se fala pouco sobre esse assunto e procura razões no presente e no passado para explicar as motivações que estão por trás desses atos de vandalismo e censura na arte, não só no Brasil, mas em outras partes do mundo, apresentando exemplos que são significativos e ilustrativos desse problema. Mostra que, ao longo da história, muitas obras de arte eróticas, políticas, religiosas, vanguardistas etc. foram vandalizadas ou censuradas devido a certos estilos artísticos ou assuntos nelas expressados, bem como os atos de hostilidade sofridos por seus respectivos criadores, os artistas, porque mostraram as suas convicções e os seus sentimentos através delas, pretendendo demonstrar como a censura e o vandalismo na arte têm como base os preconceitos, a intolerância e a discriminação.

O autor também tenta apresentar a dimensão da censura e do vandalismo na arte, as suas variantes, as suas causas e consequências, bem como o que já está sendo feito ou se deve fazer para combater esses atos.

Inicialmente, descreverei sobre a origem do vandalismo para compreender melhor a sua relação com a arte.

1.1 A ORIGEM DO VANDALISMO

Segundo Victor Correia (2019), o conceito de vandalismo é originário da palavra *Vândalos*, em referência a um povo de origem germânica oriental, que vivia em tribos, que participou nas invasões bárbaras nos primeiros séculos da era cristã, na Europa Ocidental, e que se destacou, principalmente, pelos seus métodos cruéis de destruição da propriedade alheia e de bens materiais com valor patrimonial e cultural, nomeadamente as obras de arte; daí ser chamado de vandalismo as ações destrutivas não só do patrimônio artístico, mas também à devastação, saque, violência, depredação, que se aplica a outros alvos.

² Licenciado e pós-graduado em Filosofia, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Mestre em Estética e Filosofia da Arte, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – formações obtidas antes do Processo de Bolonha. Doutorado em Filosofia Política e Jurídica, pela Universidade da Sorbonne, em Paris. Pós-doutorado em Ética e Filosofia Política, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tem exercido funções de docência na sua área de formação, além de organizar e apresentar comunicações em várias conferências. É membro de algumas associações científicas e culturais. Publicou livros e artigos em jornais e revistas, nacionais e internacionais.

Ainda há dúvidas, por falta de comprovações, que impedem os pesquisadores de afirmar, categoricamente, a terra natal desses vândalos.

Os Vândalos foram um povo de origem germânica, naturais da Escandinávia. O nome na língua original era Wandeln. Há algumas incertezas que impedem de afirmar qual era a terra natal de tal povo, porém uma corrente de pesquisadores acredita que o território de origem seria o que hoje chamamos de Noruega. Os Vândalos subdividiam-se em **Silingi** e em **Hasdingi**. Os primeiros habitavam a região da Magna Germânia, enquanto o segundo grupo se deslocou para o sul e entrou em confronto com o Império Romano (Gasparetto Júnior, 2010, n.p).

Segundo Gasparetto Júnior ³(2010), durante o seu processo de migração, os vândalos chegaram ao norte da África, cruzando o estreito de Gibraltar até atingirem Cartago, que caiu no domínio dos vândalos. Em 439 d.C., aliando-se ao povo Alano (de origem iraniana), formaram um poderoso reino que conquistou a Sicília, Sardenha, Córsega e as Ilhas baleares.

Ainda segundo Gasparetto Júnior, durante as ações ousadas, os vândalos saquearam a cidade de Roma em duas semanas no ano de 455 d.C e, depois, foram capazes de resistir ainda a uma frota enviada pelo Império Romano para combatê-los. Apesar de serem convertidos também ao cristianismo, os vândalos ainda tiveram vários conflitos com os romanos por causa de tensões religiosas.

O declínio dos vândalos começou com uma crise interna, o que fez com que o rei Justiniano se aproveitasse dessa situação e enviasse à África, onde haviam se estabelecido os vândalos, um corpo expedicionário com o apoio dos Ostrogodos e dos povos indígenas africanos para derrubar o reinado dos vândalos e alanos, o que fez com que eles fossem sumindo da história a partir de 534. Esses povos, que lutaram bravamente por posse de terra para terem seu direito à existência, ficaram conhecidos na história pelas ações destrutivas das suas batalhas, denominadas, então, de vandalismo.

Embora os povos Vândalos não existam mais, as ações de destruição que realizavam ainda dão nome às manifestações mais agressivas ao patrimônio público, presentes em diversos eventos e períodos da história, sob inúmeras motivações.

Victor Correia (2019) afirma que a palavra *vandalismo* foi criada pelo bispo Henri Grégoire da diocese de Blois na França no século XVIII, ao criticar a atitude destrutiva da parte da armada republicana que destruía o patrimônio artístico do Antigo Regime.

³ É secretário geral da rede internacional de pesquisa “Direitas, História e Memória” (<https://direitashistoria.net/>) e coordenador do respectivo Grupo de Trabalho (GT/ANPUH) nacional. Conquistou o segundo lugar do Prêmio de Investigación Doctoral en Historia del Derecho en América Latina (Valência/ESP, 2019).

O uso desse termo passou a ser mais empregado após a Revolução Francesa, inspirada na ideia de que os vândalos seriam o modelo para quem destrói obras de arte. Esse modelo trata de um tipo de depredação que parece decorrer apenas do prazer de destruir.

Nos dias de hoje, o termo vândalo é utilizado para caracterizar pessoas que promovem saques bárbaros e toda e qualquer destruição intencional a bens e monumentos públicos.

As motivações para os atos de vandalismo são diversas, assim como são diversos os seus efeitos e as implicações decorrentes; às vezes, há motivos que estão associados a outros, o que leva a outras consequências. Porém, segundo Victor Correia (2019), geralmente o que move um vândalo é um problema de insensibilidade e de incompreensão daquilo que é diferente, do que lhe incomoda de alguma forma; e o demasiado diferente é, muitas vezes, considerado transgressivo.

Compreendida a origem do vandalismo e as suas repercussões, trataremos, a seguir, sobre como o vandalismo se expressa na arte.

1.2 A ARTE E O VANDALISMO

Segundo Victor Correia (2019), “a História da Humanidade está marcada por muitas censuras e destruições de bens culturais, de que obras de arte foram um dos principais alvos”.

As obras de arte evocam sentimentos e emoções nas pessoas, na sua sensibilidade, podendo exercer sobre elas sensações diversas, pois são meios de expressão e portadoras de significados; as obras também refletem os momentos históricos onde estão inseridas, representando os valores associados a uma época, ao modo como o mundo era entendido. Perante uma obra de arte, o ser humano pode experimentar sentimentos diversos, desde admirá-la por sua beleza estética, como sentir-se confuso, com raiva e intolerância, vergonha, inveja e outros desejos incontrolados, o que pode levá-lo a não admitir o que está vendo ou sentindo, tendo como consequência a destruição do que lhe incomoda.

O vandalismo nas obras de arte, consiste em sujar, pintar, riscar, cortar, partir, por ácido, bombardear, atirar objetos, roubar partes da obra de arte, degredar ou roubá-las; às vezes, também, o ato de acrescentar algo a elas como forma de lhe dar um novo significado, como jogar tinta (ou remover a tinta), mutilá-las ou mesmo destruir toda a obra, entre outros exemplos. Esses atos revelam o caráter agressivo e atitudes destrutivas premeditadas do vandalismo.

Há que se distinguir entre o vandalismo público e o vandalismo anônimo: o primeiro trata-se do vandalismo institucional, geralmente ordenado por um governo; é o vandalismo realizado por multidões, no âmbito de revoltas políticas ou manifestações de rua. Já o vandalismo anônimo, é a destruição sem que ninguém veja, sem que ninguém a assuma, geralmente feita por uma pessoa ou grupo menor, que age em nome próprio.

Muitas vezes, também, as destruições de obras de arte devem-se ao fato de representarem padrões de conduta que os destruidores querem combater, pois não combinam com seus credos ou ideologias, ou por que não condizem mais com os novos tempos; pensam que as eliminando podem acabar com aquilo que não aceitam.

Victor Correia (2019) explica que muitas vezes os indivíduos que praticam atos de vandalismo contra obras de arte ou monumentos artísticos, encaram essa atitude como algo positivo, como se fosse uma forma de marcar a passagem de um tempo antigo (como um governo anterior) para um tempo novo, ou seja, não percebem essa prática como algo depreciativo, mas como uma atitude de mudança, de inovação; no entanto, essas atitudes têm um significado negativo, extremista, principalmente quando se trata de obras de arte com grande valor do ponto de vista estético, que têm a sua representatividade, o seu contexto histórico, sendo, dessa forma, atemporais.

Nos tempos atuais, geralmente os ataques às obras de arte têm como um dos principais alvos *a arte de vanguarda*, por apresentarem um estilo mais arrojado e sendo considerado, por parte do público, como provocação; porém, o que se observa, na maioria dos casos, é que há falta de sensibilidade estética, de formação artística, de tolerância, de abertura de espírito para a arte contemporânea.

As causas que levam indivíduos a vandalizarem a arte são as mais diversas: motivos políticos, por invocarem personalidades ou fatos históricos que já não têm valor para as gerações atuais; a diferença existente entre o grande público e o artista, que fala uma linguagem artística menos compreensível pelas pessoas em geral; motivos religiosos, motivos de caráter cultural, econômico, moral, ou mesmo os motivos ligados à agressividade do ser humano e o gosto gratuito de fazer mal; às vezes, também, as causas dos ataques são para chamar a atenção através do impacto público que os atos de vandalismo poderão causar. Cada caso é um caso, daí a dificuldade de se explicar as motivações e de se encontrar as formas assertivas de evitar o vandalismo.

O autor também explica que não se deve confundir o vandalismo com uma destruição acidental de uma obra nem com a sua deterioração pelo clima ou tempo; ele consiste em ações intencionais, geralmente premeditadas, de destruição de um bem público ou privado. Por sua

vez, também é difícil identificar a quem se dirige o vandalismo, se é referido à obra de arte ou ao que ela representa. Também não se deve confundir vandalismo com pilhagem (saque), que é o roubo indiscriminado e arbitrário de bens alheios devido a uma vitória militar, uma revolta popular ou mesmo a um acidente ou catástrofe natural.

Nesse início de capítulo, foi feita referência à origem do vandalismo, aos tipos e as formas como os atos de vandalismo à arte se manifestam e as suas possíveis causas. Na próxima parte, será tratado a censura à arte como um problema que sempre existiu (apesar do direito à liberdade de expressão ser reconhecido nos tempos atuais), mostrando, também, que a censura artística levada ao extremo pode levar ao vandalismo.

1.3 A ARTE E A CENSURA

Segundo Victor Correia (2019), tanto a censura quanto o vandalismo apresentam concepções negativas sobre determinadas obras de arte; ambas têm como fio condutor a discriminação e a intolerância feitas através de diferentes censores.

A discriminação e intolerância não é em relação à arte em sentido absoluto, ou seja, não é em relação a toda a arte pelo facto de ser arte, mas sim em relação a determinados assuntos, ou a determinados ideais, expressos em determinadas obras de arte, ou contra determinadas pessoas que através da arte mostram as suas convicções e os seus sentimentos, que são proibidos pelo Estado, ou com os quais as autoridades ou alguns indivíduos não concordam, podendo ser portanto uma censura oficial, ou uma censura do dia a dia, feita pelo cidadão comum (Correia, 2019, n.p).

A censura acontece para com as obras de arte que ainda não foram expostas ou exibidas, enquanto o vandalismo se estabelece em relação àquelas que já estão expostas.

O autor explica que a construção da origem da palavra “censura” remonta à Antiguidade Clássica, quando existia o posto de censor criado em 443 a. C com a finalidade de manter os bons costumes e as boas condutas a adotar e, ao longo do tempo, continua a representar a ação ou efeito de proibir tudo o que possa perturbar a ordem pública e as instituições.

Para existir a censura, há que existir a presença de um censor que avalia o que se pode ou não ser visto, que julga saber o que é bom para todos, que decide sobre a cultura e os gostos dos indivíduos, em vez de serem eles próprios a decidir o que querem ou não ver. Os censores podem ser o Governo, a Igreja e diferentes órgãos, instituições e associações, ou um indivíduo em particular.

O vandalismo está relacionado com a destruição de algo material, que se pode arremessar, pintar, quebrar, cortar, entre outras formas de destruição. A censura está diretamente ligada com a restrição da liberdade de expressão ou a uma análise crítica feita para obras artísticas em relação a critérios morais e políticos; é uma oposição ao direito da liberdade de ver, de admirar, de discutir e de participar na vida cultural enquanto espectador.

Há então que fazer uma distinção : a censura privada, a censura social, e a censura oficial ou estatal. A censura privada, é por exemplo uma mãe censurar a forma de vestir do seu filho (e por vezes impedir). A censura social é por exemplo os vizinhos de uma pessoa, que habita num determinado bairro ou prédio, falarem mal do comportamento dessa pessoa (por exemplo de um toxicodependente, ou mesmo impedirem, como por exemplo quando uma pessoa faz barulho num prédio, e perturbar os vizinhos), e a censura institucional ou estatal é a das instituições (por exemplo religiosas), ou a do Estado, impedindo determinados comportamentos (Correia, 2019, n.p).

Segundo Victor Correia (2019), a censura é incompatível com a democracia, pois um espectador informado e emancipado, não precisa de censura, não requer de um tutor para lhe informar o que é legítimo ou ilegítimo, que pense e decida por ele, pois sabe falar e decidir em seu nome; assim sendo, a censura parte do pressuposto que os espectadores são incapazes de atribuir juízo de valor a uma obra de arte.

Normalmente, a censura efetua um processo de rotulação, quer dizer, ela nomeia determinada obra e a define como religiosa, política, étnica, erótica ou de vanguarda, determinando se ela poderá ou não ser apreciada por um público.

Esse autor também aponta dois conceitos de censura: o teórico (o ato de criticar, falar mal de algo) e o prático (o impedimento, a proibição, os obstáculos ao comportamento censurado).

Na prática, a censura consiste na função de multar ou proibir a divulgação de algo. Por exemplo, uma notícia de jornal, a representação de uma peça de teatro, a exibição de um filme, exposição de pinturas ou de esculturas, um programa de TV, a publicação de um livro, de uma música etc.

Quando se trata da censura à arte, esse ato se amplia, pois impede que o público a quem a obra de arte se destina tenha acesso a ela; neste caso, estamos diante de uma censura pública.

Dentro do espaço público há que se distinguir entre censura institucional e estatal. Se uma instituição, como por exemplo uma determinada confissão religiosa, impede que uma determinada música seja tocada ou cantada dentro dos seus templos, por ser considerada demasiado profana, é uma censura institucional. Se uma galeria de arte impede que determinadas obras de arte sejam expostas no seu espaço, considerando-as

obscenas, é também um ato de censura dentro de uma instituição. (...) Ora, se é o próprio Estado a impedir que determinadas obras de arte circulem, trata-se de uma censura estatal (Correia, 2019, n.p).

A censura, por si mesma, pode ser uma coisa negativa ou positiva, pois depende do objetivo. No caso da arte, quando são criadas obras racistas, xenófobas, homofóbicas ou algo desse tipo e a censura as impede de serem expostas, a censura é considerada positiva, pois defende o direito ou condição de outros; ela é negativa quando a censura é aplicada às obras cujo censor não concorda ou simplesmente não gosta (questões pessoais).

Vitor Correia (2019) diz que a censura pode vir de dentro da arte ou de fora da arte. A partir daí podem ser citados como exemplos, a intolerância artística que possui diferentes significados, como o conceito de intolerância religiosa significando a intolerância vinda da própria religião (com outras religiões ou com determinadas formas de viver que a religião não aceita) ou significar a intolerância da sociedade em relação a uma comunidade com uma determinada religião, como por exemplo, alguns dogmas que uma religião prega pode falar o que o indivíduo pode ou não fazer numa sociedade ou em um ambiente familiar, a não aceitação dos dogmas de uma religião em relação a outra religião, como a construção e adoração de santos etc.

A censura pode acontecer antes da divulgação de uma obra, muitas vezes fazendo cortes ou mesmo proibindo a sua publicação ou exibição; também pode acontecer quando a obra já está nas mãos do público, o que causa maiores conflitos, muitas vezes tornando-se um caso judicial, tendo como consequência condenações, multas, prisão etc.

Desde sempre, as instituições puseram em prática critérios de seleção a fim de que as representações do mundo artístico conferissem às obras de arte aquilo que consideravam ser a *qualidade da arte*. Esta realidade originou a rejeição de numerosos candidatos que eram considerados fora da arte dita *oficial*, sendo isso, portanto, uma forma de censura. O Estado e os Governos também exerceram um papel muito forte na censura da arte e da literatura, nomeadamente nos países onde existe censura oficial e consagrada na lei, para com a arte, o cinema, o teatro, a literatura (Correia, 2019, n.p).

Há obras de arte que são censuradas devido à personalidade e à vida dos artistas que as produzem, muitas vezes por incompreensão das suas ideias ou por não afinidade religiosa, política, cultural, moral ou estética. No entanto, não se deve encarar a censura como o censor absoluto da arte; por exemplo, há quem seja a favor da censura feita à arte erótica, mas não à arte religiosa, e vice-versa.

Muitas vezes, a censura é ineficaz, pois ao proibir um filme, um livro, retirar um quadro de uma exposição, proibir a execução de uma música, por exemplo, desperta mais a curiosidade do espectador e aumenta o seu interesse e desejo de ver aquela obra. Talvez, em uma situação normal, a obra pudesse passar despercebida. Portanto, a solução não está em esconder as obras de arte, mas sim em dar informação e esclarecimento às pessoas para que elas próprias decidam o que querem ou não ver.

As causas da censura e do vandalismo são, portanto, muito diversas e, por vezes, misturam-se umas às outras. Uma obra de arte pode ser censurada e vandalizada por motivos políticos, assim como uma obra de arte política pode ser censurada e vandalizada por motivos religiosos; porém, segundo Victor Correia (2019), geralmente, por trás desses atos há problema de insensibilidade e de incompreensão daquilo que é diferente e, quando é demasiado diferente, muito criativo, pode ser encarado como transgressivo.

A arte pode ser um instrumento de expressão criativa, de sensibilização, de beleza, retrato de uma época, de um povo, de um olhar diferenciado sobre o mundo, porém, o preconceito e a intolerância que sustentam muitos indivíduos ou grupo deles, podem destruí-la através da censura e do vandalismo.

Numa época como a de hoje, de *selfie*, *Instagram*, *blogues*, que privilegiam a imagem como modo de comunicação generalizado e que a liberdade de expressão é reivindicada, muitas obras de arte ainda continuam a ser alvos da censura.

A censura, assim como o vandalismo, são consequências dos preconceitos, discriminações e intolerância existentes na sociedade, desde sempre; mas é sobretudo na arte que mais se coloca a necessidade de abertura de ideias, de se respeitar o direito à diferença artística, pôr em prática uma cultura democrática, o que pode tornar a arte mais vulnerável aos atos de vândalos.

Na parte final desse capítulo, foi apresentado a relação entre a censura e o vandalismo, evidenciando que todo o vandalismo na arte traz em si uma forma de censura, mas nem toda a censura na arte pode gerar vandalismo.

No capítulo, a seguir, será especificado o vandalismo na arte por questões religiosas.

2 MOTIVAÇÕES DO VANDALISMO NA ARTE

Victor Correia (2019), na primeira parte do seu livro, fala das motivações do vandalismo na arte como uma forma de discriminação e intolerância, principalmente aos artistas, devido à

sua personalidade, à sua forma de vida, ao seu sexo, à sua idade; também faz reflexões acerca das motivações que dão sustentação ao vandalismo da arte devido ao erotismo que elas expressam, à etnicidade e ao vanguardismo; apesar de todos esses aspectos provocarem importantes reflexões, não serão abordado neste trabalho.

Neste capítulo, discorreremos sobre as motivações religiosas e políticas que estão por trás de alguns atos de vandalismo; falaremos, também, de uma arte muito suscetível de ser vandalizada: a arte pública.

2.1 VANDALISMO POR MOTIVAÇÕES RELIGIOSAS

Segundo Victor Correia (2019), a intolerância e a rejeição para com obras de arte, por motivos religiosos, ao longo da História da Humanidade, criaram obstáculos à liberdade de expressão criadora de muitos artistas.

Representar a imagem de Deus, em certos períodos da História do Judaísmo e do Islamismo, era considerado como uma blasfêmia. (...) O monoteísmo de algumas religiões fez também banir muitas representações artísticas que expressavam o politeísmo. Na sequência dos descobrimentos em África e no Oriente, muitas obras de arte foram também destruídas ou mandadas destruir pelos missionários católicos, pois eram considerados fetiches idólatras (Correia, 2019, n.p).

Victor Correia explica que o vandalismo na arte religiosa tem a designação de *iconoclastia*, termo proveniente das palavras gregas “*eikone*” (ícone, imagem) e “*klastein*”, que significa quebrar ou romper; essa destruição de imagens ocorre, geralmente, por razões religiosas, ideológicas e políticas. Distingue arte religiosa de arte sobre religião, dando como exemplo a pintura sobre os massacres da noite de São Bartolomeu, em França, no século XVI, dos católicos contra os protestantes, que é uma pintura sobre fatos religiosos, mas que não é uma pintura religiosa.

Por vezes, também é difícil distinguir entre arte com conteúdo religioso e arte com outros conteúdos, como por exemplo, separar o sagrado do profano que são retratados em muitas obras de arte da Grécia Antiga, onde existem os dois conteúdos (erótico e religioso).

O vandalismo para com a arte religiosa pode ser proveniente de uma religião para com outra ou mesmo de uma religião para com a mesma religião; também pode ser proveniente do poder político para com determinadas religiões, de um grupo de indivíduos ou de um indivíduo em particular para com uma religião ou para com todas as religiões.

Atualmente, com a democratização da arte, muitas pessoas buscam o sentido da vida, que antigamente procuravam na religião, através da arte; daí, muitas exposições de arte serem apresentadas como um cerimonial, como se muitas pinturas e esculturas fossem uma espécie de relíquia; essa forma de ver a arte também causa polêmica para os que pensam diferente e que se sentem desrespeitados por isso, o que pode gerar, como consequência, atos de vandalismo.

Os motivos culturais e étnicos, bem como razões políticas e econômicas também tiveram, por vezes, influência no vandalismo na arte religiosa, destruindo templos (igrejas católicas, mesquitas, sinagogas), patrimônios religiosos e suas respectivas obras de arte, ao longo da História.

Será tratado, a seguir, o vandalismo na arte religiosa na antiguidade clássica, que tem a designação de iconoclastia.

2.1.1 A iconoclastia

Segundo Victor Correia (2019), a *iconoclastia* foi um fenômeno político-religioso, sendo um dos mais fortes da história, que rejeitava o culto e a representação de imagens sagradas. Esse fenômeno teve início no séc. VIII e durou até o séc. IX, como consequência das mudanças teológicas dentro da Igreja Ortodoxa Grega, lideradas pelo Imperador Bizantino.

A partir do séc.VI, quando o cristianismo já era a religião oficial do Império Bizantino, havia um grande surto de *iconolatria* (a adoração a imagens), onde o império dominava. O surto se originou da mistura popular de resquícios dos antigos rituais dedicados aos ídolos pagãos greco-romanos, com veneração das imagens que representavam os personagens principais do Cristianismo. A igreja ortodoxa cristã, nos primeiros séculos, tinha uma devoção às imagens sagradas porque representavam Cristo, a Virgem Maria entre outros personagens do Cristianismo, e não a representação dos santos como pessoas. Com isso, era permitido a devoção, e não a idolatria, porque era pecado.

Com o passar do tempo, as imagens cristãs passaram a ser fontes de poder mágico, assim como no antigo paganismo. Os patriarcas e bispos do Oriente tentaram por um bom tempo reverter essa *iconolatria* por meio da pedagogia litúrgica e das explicações sobre o que as imagens representavam. Sem êxito, o imperador, então, começou a defender a institucionalização da *iconoclastia*, ou seja, a rejeição à adoração e culto das imagens, a partir do ano 726.

Os imperadores bizantinos pretendiam destruir aquilo que era um dos principais obstáculos para a aproximação com o judaísmo e islamismo: a veneração, a idolatria de

imagens, ocorrendo, então, a grande destruição de obras que representavam as principais personalidades do cristianismo, como o Cristo, Virgem Maria, apóstolos, santos, mártires e anjos. Os destruidores de imagens acreditavam estar fazendo um bem ao destruírem pinturas sacras que eles consideravam serem ídolos, já que a idolatria sempre foi considerada uma infidelidade a Deus. Em consequência dessa iconoclastia, muitas obras de arte se perderam.

A veneração de imagens só foi devolvida ao Império Bizantino com a Imperatriz regente Teodora (esposa de Teófilo e mãe de Miguel III, de quem foi regente de 842 a 855, após a morte do marido), no ano de 843, com o chamado Triunfo da Ortodoxia que devolve à igreja a importância dos ícones religiosos (artefatos de devoção opcionais).

Durante a Reforma Protestante na Europa (século XVI), também aconteceram fortes atos de iconoclastia, pregadas e ordenadas das pelas autoridades religiosas protestantes: ataques aos templos e às suas respectivas pinturas e esculturas, vitrais, além de incluir a invasão aos sacrários onde se guardavam as hóstias (consideradas sagradas para os católicos), resultando na destruição de uma grande quantidade de arte medieval e renascentista.

Os protestantes, bastantes rigorosos, justificaram esses atos de vandalismo à arte religiosa com base no Antigo Testamento, onde se encontra a proibição de imagens (uma interpretação de forma literal dos textos da Bíblia Sagrada). Os danos causados à arte por esses atos de iconoclastia permanecem até hoje irreparáveis.

De acordo com Victor Correia (2019), também durante a Revolução Francesa houve um período de destruição generalizada da arte religiosa, motivada pela ideologia antirreligiosa e anticlerical.

Por seu turno, a religião muçulmana também provocou várias iconoclastias ao longo da História, que aliás continuam a acontecer nos tempos de hoje, através do fundamentalismo islâmico. Em alguns casos essas iconoclastias aconteceram para com outras religiões e culturas, como sucedeu em 2001, com a destruição da estátua de Buda, em Bamiyan, no Afeganistão, destruída pelo grupo islâmico fundamentalista dos Talib (Correia, 2019, n.p).

A iconoclastia também foi causada, por vezes, pelo ódio contra a grande influência que a Igreja (principalmente, a Católica) exercia sobre a sociedade e a política, bem como por ela (o clero) acumular riquezas materiais, sendo o patrimônio religioso e as obras de arte religiosas os principais alvos a serem destruídos.

O anticlericalismo por sua vez, foi uma das principais causas da iconoclastia, por se considerar o clero grande aliado do poder político (reis e governantes em geral) e grande

detentor de riquezas. Os motivos culturais e étnicos, misturados aos motivos políticos, muitas vezes também influenciaram o vandalismo contra as obras de arte religiosas.

Os reflexos do preconceito e da intolerância parecem sempre estar por trás da iconoclastia, que também se ampliava pelo ódio contra toda e qualquer religião e contra os seus dogmas, por considerá-las uma fonte de obscurantismo e alienação do ser humano.

Sidnei Nogueira⁴, fala da intolerância religiosa como um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas a crenças, rituais e práticas religiosas consideradas não hegemônicas. Práticas que, somadas à falta de habilidade ou à vontade em reconhecer e respeitar diferentes crenças de terceiros, podem ser consideradas crimes de ódio que ferem a liberdade e a dignidade humanas.

São muitas as justificativas que estão na base das destruições de obras de arte religiosa, ao longo da História, geralmente com base no preconceito e na intolerância: por representarem Deus, por serem símbolos de religiões consideradas erradas, por se acreditar que representam heresias, por serem compreendidas como representações que levam à idolatria, por serem entendidas como portadoras de blasfêmias à religião, por conterem elementos ditos profanos, por ter um estilo que se opunha ao ideal clássico de beleza, por serem vistas como religiões pagãs, entre outros argumentos.

Na cultura judaica e muçulmana, podia haver obras de arte sobre a divindade, mas não figurativas. O monoteísmo, presente nestas religiões e na cristã, fez banir muitas representações artísticas que expressassem o seu contrário. Na sequência dos descobrimentos na África e no Oriente, muitos objetos artísticos foram também destruídos ou mandado destruir pelos missionários, considerados como fetiches idólatras. No século XVI também os calvinistas, considerando o culto dos santos e a adoração das imagens como uma heresia, atacaram obras de arte católicas (Correia, 2019, n.p).

Os artistas que pintavam temas ou esculpiam imagens religiosas de forma diferente da de costume, também eram considerados inimigos da religião católica, pois acreditava-se que eles faziam injúrias a Deus. Portanto, a inovação, a criatividade, a liberdade de criação dos artistas não eram consideradas nem valorizadas.

⁴ O babalorixá Sidnei Barreto Nogueira é mestre e doutor em Linguística pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Coordenador e Professor do Instituto Ilê Ará SP - Instituto Livre de Estudos Avançados em Religiões Afro-brasileiras e do Projeto Conversa de Terreiro?

Juliette Robichez ⁵, em seu artigo na revista na *Brazilian Journal International Law* (Revista de Direito Internacional) publicada em 2020, explica que o vandalismo de bens religiosos e culturais é tão velho quanto as noções de guerra e invasão e que a destruição deliberada do patrimônio cultural da humanidade constitui um instrumento de aniquilamento da memória e da história. Porém, ao longo dos anos, as sociedades evoluíram e houve um movimento para humanizar os conflitos armados. Assim, a noção de guerra justa foi criada para oferecer uma melhor proteção à população civil, aos prisioneiros e ao patrimônio natural e cultural dos povos envolvidos.

A preservação desse patrimônio também está relacionada aos acontecimentos históricos. É nessa sequência de pensamentos que Victor Correia (2019) fala sobre as múltiplas razões do vandalismo religioso: se uma estátua simboliza uma crença, uma fé, ou um dogma ela poderá ser depredada por motivos de caráter cultural, econômico e da personalidade ou identidade do escultor. Ele complementa dizendo que em Portugal entre 1807 a 1810, durante as invasões francesas, muitas igrejas foram saqueadas pelos soldados ou por indivíduos anônimos, que se aproveitaram da confusão e do caos em que se vivia e com isso, muitas obras de arte foram roubadas. Nesse caso, as igrejas, foram vandalizadas, pois mesmo que enquanto edifício não tivesse sido destruídas, tem que se ver as igrejas no seu todo (exterior e interior): se as obras de arte dessas igrejas foram roubadas do seu interior, houve também uma mutilação do seu conjunto arquitetônico e decorativo. As igrejas deixaram de ser as mesmas, assim como uma estátua deixa de ser a mesma, após ter sido mutilada.

Isso se pode dizer de outras construções arquitetônicas. O templo Partenon, dedicado à deusa grega Atena, sofreu seu maior dano em 26 de setembro de 1687. A estrutura foi parcialmente destruída, quando os venezianos, liderados por Francesco Morosini, atacou Atenas com um canhão.

O preconceito e intolerância que contestam e destroem as obras de arte que não obedecem ao mesmo padrão da “obra certa”, também está na base da destruição de obras religiosas.

⁵ Juliette Marie Marguerite Robichez é mestre e doutora em Direito Internacional Privado e Direito do Comércio Internacional pela Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne (França). Atualmente, é professora do Centro Universitário Jorge Amado (Unijorge) e do Instituto de Ensino Superior do Acre nos cursos de Direito e Relações Internacionais. Orienta monografias dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Católica do Salvador, da Unijorge e da UFBA.

Segundo Victor Correia (2019), a intolerância à arte religiosa que existe desde tempos remotos, atualmente é intensificada devido à crise de religião e ao fato de muitas pessoas buscarem o sentido da vida através da arte, e exemplifica comentando sobre o culto às obras, nomeadamente pinturas e esculturas, expostas como se fossem uma espécie de relíquia, que tem algo semelhante ao que se passava outrora com a religião, e provoca hoje determinados dogmatismos e controvérsias.

Neste capítulo, foram apresentadas as diversas faces do vandalismo na arte por motivações religiosas, sob diversas justificativas. No próximo item, será tratado o vandalismo na arte pública.

2.2 MOTIVAÇÕES DO VANDALISMO NA ARTE PÚBLICA

Diz-se arte pública aquela que está inserida na paisagem urbana, em espaços públicos, como praças, ruas, avenidas, túneis, viadutos. São expostas através de painéis, esculturas, murais, monumentos, instalações e têm como finalidade qualificar o local, dispondo arte para os cidadãos, gratuitamente. Geralmente, essas obras estabelecem referências históricas, culturais, estéticas e artísticas, contribuindo para compor um acervo a céu aberto, levando a arte para além dos espaços restritos, fazendo a sua democratização. Por isso a arte enfrenta tantos desafios com o vandalismo, pois está disposta a vários domínios, não apenas religiosos ou políticos, mas culturais, morais e também artísticos. Porém, é no espaço público que a arte realmente se apresenta e cumpre a sua missão. Uma apresentação teatral é sempre pública, assim como um musical, uma exposição de artes plásticas etc. O artista não faz a sua obra só para si, ela faz para o outro, para o público. A arte não tem a ver com a privacidade, mas com o público. A arte é pública; por isso é mais suscetível de controvérsia, e corre maior risco de impedimento e de vandalismo.

Analisando os motivos do vandalismo nesses espaços públicos onde a arte está inserida, há que se refletir, primeiramente, sobre o fato do frequentador desses lugares serem espectadores involuntários, pessoas comuns que passam anonimamente por ali e que, muitas vezes, não estão motivadas, nem familiarizadas com obras artísticas, mas que são forçadas a olhá-las, pois as mesmas estão no seu caminho. Esses transeuntes, geralmente, não reconhecem essas intervenções no espaço público como arte, mas como provocações que lhes causam uma grande reação de estranheza; talvez, essa estranheza esteja no fato da arte ser apresentada a

essas pessoas que são de classes sociais, faixas etárias, níveis profissionais e culturais diferentes. Isso pode gerar um conflito dessa arte com o heterogêneo público.

Ademais, obras expostas no espaço público podem ser homenagens a personalidades ou movimentos políticos do passado, que já não sejam importantes no momento atual ou que nada mais representem para as gerações atuais, ou mesmo por apresentarem uma linguagem artística mais arrojada, ainda não suficientemente compreendida ou aceita na atualidade.

Victor Correia (2019) exemplifica o vandalismo na arte pública dizendo que a primeira grande contestação da história que surgiu no espaço público foi a de uma estátua construída em homenagem ao escritor francês Honoré de Balzac. Essa estátua foi esculpida por Rodin em 1898, e foi colocada numa praça em Paris. Passou a ser contestada em razão de seu estilo artístico, considerado pouco convencional em comparação às estátuas criadas para escritores e heróis nacionais daquela época. Por conta disso, a estátua foi transferida várias vezes de local.

Muitas obras, às vezes, também são colocadas em lugares públicos inadequados, onde competem com uma enorme quantidade de objetos urbanos e com a presença física, resultando como inoportunas e, tornando-se, facilmente vulneráveis aos atos de vandalismo.

O vandalismo da arte pública pode também ser confundido com o vandalismo do espaço público, ou seja, o fato dessa arte estar exposta em ruas, praças, avenidas, encontra-se mais vulnerável, mais suscetível de ser tocada, modificada, destruída ou mesmo roubada, diferentemente daquelas guardadas nos museus, nas galerias, nas igrejas ou em outros espaços privados, onde há barreiras diversas de proteção, como vigilância, alarmes, armários etc. Portanto, um dos maiores exemplos do vandalismo contra as obras de arte acontecem contra aquelas que se encontram expostas nos espaços públicos, sem a devida proteção.

(...) o encargo com obras de arte pública encontra-se por vezes tão burocratizado e tão viciado pelo clientelismo político, que os critérios para a seleção de artistas, os procedimentos de adjudicação da obra, a concretização de projetos ou o controle da sua execução, conduzem a uma infinidade de procedimentos aleatórios e de irregularidades, que levam a que algumas dessas obras sejam de fraca qualidade artística, e que provoquem a contestação por parte do público (que se julga em maior direito de contestar, por se encontrarem não em espaços privados mas no espaço público). Além disso, também sucede o facto da pobreza artística ou da insignificância de algumas dessas obras de arte se dever à pobreza física ou social e à insignificância ou pouca visibilidade de determinados espaços públicos, que fazem com que se invista pouco neles. Tratando-se de espaços públicos distantes, fora do centro da cidade, espaços públicos pouco importantes, e frequentados por poucas pessoas, fazem-se para eles obras de arte de pouca qualidade, o que contribui também para contestá-las e destruí-las (Correia, 2019, n.p).

Além da depredação das obras em lugares públicos, o vandalismo na arte pública pode acontecer por meio de pichações a prédios públicos ou privados, a monumentos históricos, fachadas de edifícios, muros e, até mesmo, nos asfaltos.

Geralmente essas pichações ocorrem ora como uma forma de manifestação artística, ora como liberdade de expressão e pensamento das pessoas que muitas vezes não têm a voz ouvida pelo poder executivo ou pelos políticos. Essa forma de manifestação dos pensamentos gera uma grande discussão entre aqueles que a consideram como uma forma de arte e aqueles que a consideram como um ato de vandalismo. Os que a consideram como arte, argumentam que não existe um limite de forma clara entre o que é arte e o que não é, pois a arte não é apenas aquela que é bela, mas muitas vezes a que é feia e rejeitada pela sociedade. Todos aqueles que não a consideram como arte dizem que é um ato de vandalismo, isto é, é uma falta de respeito para aqueles que passam pelas paredes e monumentos, por conta de questões estéticas, pessoais ou por trazer uma mensagem agressiva ou desrespeitosa às pessoas e aos direitos humanos.

O vandalismo é uma atitude ou um modo de expressão que tem como objetivo tentar destruir uma determinada cultura e sua arte, bem como o patrimônio alheio. Geralmente é um caminho trilhado por jovens que não encontram outra forma de canalizar sua energia e sua agressividade. Há vários exemplos de vândalos que, ao encontrarem apoio para despertar dentro de si o potencial artístico que nele habita, e então desenvolvê-lo da melhor maneira possível, abandonam as atitudes agressivas e tornam-se, por exemplo, grafiteiros, uma vez que o grafite é uma forma de arte (Santana, 2010, n.p).

Diferente da pichação, os grafiteiros têm autorização para grafitar. Existe uma determinação legal, a Lei 9.605/98, que criminaliza a pichação. No artigo 65 dessa lei encontramos que as pichações são consideradas um crime ambiental pois são contra a ordem urbana e o patrimônio cultural. Quem a executa, comete um crime. Nesse pensamento, o grafite não é considerado crime, porque tem como objetivo valorizar um patrimônio que tanto pode ser público, quanto privado.

O vandalismo como forma de protesto depredando obras de arte em espaços públicos, como museus, parece ser um comportamento moderno. O museu é uma instituição dedicada a buscar, conservar, estudar e expor objetos de interesse artístico e histórico, sem fins lucrativos, de serviço à sociedade, que expõe o patrimônio tanto material como imaterial. No entanto, entre maio e dezembro de 2022, diversos ataques a obras em museus europeus foram noticiados. Em alguns casos, os manifestantes se colaram à parede e não às obras, demonstrando preocupação com a conservação das mesmas, o que demonstra que esses grupos não queriam danificá-las,

mas, chamar a atenção sobre elas ou, a partir dessas obras, chamar a atenção sobre alguma causa que defendem.

Victor Correia (2019) distingue o conceito de vandalismo público (institucional, de multidão, de grupos políticos ou religiosos) do vandalismo anônimo (de grupos terroristas ou de indivíduos que agem em nome próprio e não assumem seus atos), observando as suas causas e as formas como ocorrem. Como exemplo, explica o vandalismo institucional, ou seja, aquele que, de certa forma, é apoiado por um governo e é realizado por multidões que podem gerar uma destruição de obras que estão expostas a céu aberto, durante uma revolta política ou uma manifestação de rua.

Tratamos da arte que, intrinsecamente, tem uma missão pública, para o público; que mesmo protegidos por lei, esses bens históricos e artísticos caem no descaso e são vandalizados. No próximo item, será feita uma reflexão sobre atos de vandalismo no patrimônio artístico, no passado e na atualidade brasileira.

2.3 VANDALISMO CONTRA O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

A história ocidental mostra que desde a antiguidade ocorriam guerras em que o estado vencedor saqueava os bens culturais do estado conquistado. Durante a Segunda Guerra Mundial, estima-se que tenham sido roubadas cerca de um quinto das peças do patrimônio artístico europeu, muitas pertencentes aos judeus, do qual incontáveis obras ainda continuam desaparecidas. Vários nazistas enriqueceram com a apropriação de bens alheios.

Para evitar situações de destruições como as ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial, foi assinado, em 1954, um tratado internacional, sob a iniciativa da Organização da Nações Unidas, a Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em caso de conflito armado, também conhecido como “A convenção de Haia” (1954).

Não se sabe ao certo quando e como surgiu o vandalismo na arte no Brasil, o que se tem são alguns registros de ocorrência, como por exemplo, o vandalismo no quadro de Dom Pedro II.

No dia em que a República foi proclamada no Brasil, em 15 de novembro de 1889, o quadro de “Retrato de D. Pedro II”, fardado de general, pintado pelo carioca Joaquim da Rocha Fragoso, exposto no gabinete do ministro de guerra, foi vandalizado por um republicano, opositor da monarquia, com um tiro.

A obra ficou danificada e, atualmente, encontra-se no Museu Mariano Procópio, na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais. O furo feito pela bala se tornou uma parte tão importante da obra que, mesmo ao passar por trabalhos de restauro, houve a decisão de mantê-lo como estava.

Imagem 1 - Retrato de D. Pedro II



Fonte: Museu Mariano Procópio. Instagram: [@brazil_imperial](#).

Em 1953 foi inaugurado na cidade de São Paulo o chamado “Monumento às bandeiras”, de autoria do escultor Victor Brecheret (1894-1955). Apesar de ser, um verdadeiro cartão-postal para a cidade, a obra sofreu muitas contestações e vandalismo por parte dos movimentos sociais, porque o movimento bandeirante já foi responsável pelo genocídio de várias comunidades indígenas do país e pela destruição quilombola, durante o período da colonização. A ação conhecida como “Ensacamento” (na madrugada do dia 27 de abril de 1979), onde um grupo de artistas ensacou as cabeças de algumas estátuas, fazendo alusão à tortura que acontecia nos porões da ditadura.

Imagem 2 - Pichação no Monumento às Bandeiras, com uso de tinta vermelha e frase “Bandeirantes Assassinos”



Fonte: Adão dos Açores (2021)

Três décadas depois, ocorreram pichações ao mesmo monumento. A primeira ocorreu em 2013 por ocasião da Semana de Mobilização da Causa Indígena, organizada pela Comissão Guarani Yrupa. A segunda, em 2016, por ocasião das eleições municipais de São Paulo.

O centro histórico de São Luiz do Maranhão, foi tombado pelas Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 6 de dezembro de 1997, por possuir um acervo rico de azulejos luso-brasileiros que revestem as fachadas e o interior dos imóveis da antiga arquitetura civil luso-brasileira. Porém, boa parte desse acervo vem se perdendo ao longo dos anos por atos de vandalismo, de motivações diversas, pela ausência de políticas públicas efetivas para a sua preservação.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) vem à público repudiar o ato de vandalismo ocorrido na madrugada de segunda-feira, 21 de março, quando a lateral da igreja de São Francisco de Assis e o painel de azulejos pintados por Cândido Portinari foram pichados. A Igreja de São Francisco de Assis compõe o Conjunto Moderno da Pampulha, juntamente da Casa de Baile, do Iate Tênis Clube, do Museu de Arte da Pampulha (antigo Cassino) e da Casa Kubitscheck. A igreja foi tombada em nível federal em 1947 (IPHAN, 2016, n.p).

Casos como esse denunciado pelo Iphan, são recorrentes no Brasil e acendem o alerta para a por da intensificação de ações efetivas de conscientização e de educação patrimonial junto aos cidadãos, para que a memória do povo brasileiro não seja apagada.

Muitos monumentos e estátuas representativos de movimentos políticos ou personalidades brasileiras importantes, que possuem valor históricos e artísticos, pertencentes aos poderes públicos, são vandalizados pela própria sociedade. Apesar de tombados pelo

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para usufruto das gerações presentes e futuras, que proíbe a demolição e a depredação, ao longo do tempo, por falta de medidas efetivas para a sua preservação, estão sendo vandalizados. Pelo artigo 163 do Código penal, vandalizar um bem público é crime e o autor será penalizado; mas, apesar da lei, é notório o descaso e o aumento desses atos criminosos.

Podemos citar como exemplos, algumas obras na cidade do Rio de Janeiro: o monumento ao Almirante Barroso, que comandou a força naval brasileira durante a guerra do Paraguai, no fim do século 19: as estátuas que tinham espadas e guirlandas estão com as mãos vazias há tempos; uma das estátuas que formam o monumento em homenagem ao Marechal Deodoro da Fonseca, na Glória, simplesmente desapareceu. Recentemente, a estátua do escritor Ariano Suassuna, inaugurada em 2017 na Rua Aurora de Recife (PE), pelo artista Demétrio Albuquerque, foi derrubada, tornando necessária a reaplicação de recursos, que poderiam ter sido aplicados em outras ações, para reverter os danos causados e possibilitar que a obra retornasse ao seu lugar de origem.

Trataremos mais detalhadamente do vandalismo na arte por motivações políticas no próximo capítulo, refletindo sobre a relação da política com a arte e a influência das manifestações político-partidárias sobre ela, na atualidade.

3 VANDALISMO E MOTIVAÇÕES PARTIDÁRIAS: REFLEXÕES SOBRE O 08 DE JANEIRO DE 2023

Ao longo da História, a política sempre fez parte da vida dos cidadãos, assim como a arte. A arte nunca esteve desvinculada dos contextos políticos e sociais de sua época; arte e política se entrelaçam, aproximam-se por suas interconexões de uma época, influenciando uma à outra. Não é raro que os donos do poder e arte estejam de mãos dadas, seja por necessidade, seja por conveniência. Entre as diversas possibilidades de integração, tanto a arte, como a política expressam um desejo pela liberdade e a justiça diante de algum cenário em que eles são colocados à prova.

3.1 ARTE E POLÍTICA

A arte não é um espelho da realidade, ela é uma força ativa com múltiplos significados e interpretações, despertando sensibilidade, exercendo um papel de reflexão crítica, expondo

injustiças sociais, criticando regimes ou simplesmente refletindo sobre a condição humana dentro de um contexto político.

As obras de arte de diversos períodos, como o Renascimento, contavam uma verdade que se misturava com o interesse político e institucional daqueles que fomentavam o trabalho dos pintores, como a prática do mecenato, que por meio do incentivo financeiro que dava aos artistas, os governantes melhoravam a sua reputação e ainda promovia seus interesses políticos. Também houve momentos, em que os artistas tiveram posições independentes dos governos e, por isso, sofreram perseguições, chegando até a arriscarem a própria vida em favor dos seus ideais.

Como vimos, assim como a arte pode estar a serviço de um governo, exaltando-o, também pode expressar ideias diferentes, questioná-lo, pois o artista pode se comportar de diversas maneiras diante do poder político, de acordo com as suas próprias motivações. Victor Correia (2019) fala dessa ambiguidade, explicando que a arte pode ser o veículo de mensagens de um governo, exercendo uma “militância”, como, também, pode ser um dos meios de combatê-lo, falando por grupos, como uma tomada de posição contrária ao governo vigente. No primeiro caso, a arte está menos sujeita à censura, à proibição ou vandalismo; enquanto que, no segundo caso, ela está mais vulnerável a esses atos.

Ao falarmos aqui em arte política referimo-nos à arte que tem a ver com o seu empenho político, arte essa entendida como, de acordo com a definição de um reputado dicionário da língua francesa, “um ato ou atitude do intelectual, do artista, que tomando consciência da sua pertença à sociedade e ao mundo, renuncia a uma posição de simples espectador e põe o seu pensamento ou a sua arte ao serviço de uma causa”. Em suma, no conceito de *arte política* entendemos não a arte de propaganda, mas a arte militante (Correia, 2019, n.p).

Porém, há que considerar que a censura política tanto pode ser exercida sobre aquela arte que tem fins políticos como, também, sobre qualquer tipo de arte; pode acontecer que um artista, por ser partidário de um partido, possa ter a sua arte vista com desconfiança e censura, sendo interpretada como conteúdo político daquela vertente e causando certo incômodo, mesmo quando não há esse conteúdo e nem tenha sido essa a intenção do autor, ou seja, o papel social do artista não é considerado. Apesar que, toda censura, assim como toda arte, não deixa de ser um ato político.

Mas essa relação entre arte e política atinge, na atualidade, outras dimensões, sendo mais uma prática de reflexão do que o registro de uma verdade absoluta; a arte desmancha

convenções, questiona, indaga sobre o mundo e faz-nos refletir sobre temas de nossa sociedade. Há certos temas que são atemporais e que podem perpassar por diversos tipos de governos, e que confirmam a condição de liberdade de expressão do artista; porém, não há nada que impeça que em determinado momento da história, sua obra possa ser considerada subversiva por um governo mais ditatorial.

Toda arte é potencialmente política porque, para além de sua função social, ela é resistência, afeto, insubordinação e, muitas vezes, é a tomada de consciência de que as bandeiras partidárias são menos relevantes do que o ato de existir em sociedade e nela insistir nas revoluções diárias. Às vezes, os amores, os instintos e a inscrição do instante, se tornam declarações políticas. Cabe aos artistas o registro sensível desses “agoras” e aos historiadores o permanente reexame dessas proposições (Oliveira, 2019, n.p).

Como podemos ver, a arte, como a política, pode falar de todas as coisas de infinitas maneiras, não só refletindo sobre a realidade, mas, principalmente, ampliando a visão de mundo de uma sociedade.

Neste início de capítulo, falamos da relação da arte com a política, mostrando que uma interfere na outra. No próximo item, discorreremos sobre os atos de vandalismo ocorridos em Brasília no dia 8 de janeiro de 2023, refletindo sobre suas possíveis causas.

3.2 O 8 DE JANEIRO DE 2023

A história do país lembrará o dia 8 de janeiro não só como o dia em que parte da sociedade protestou contra o resultado de uma eleição democrática, mas também como o dia em que o patrimônio artístico do Brasil sofreu um grande ataque; mas não só por isso: é um dia simbólico, quando a democracia do país foi colocada em xeque e venceu e que, mesmo por meios inadequados, pois em evidência obras de arte que jamais seriam vistas ou lembradas pelo povo.

Os atos de vandalismo foram uma série de invasões e depredações do patrimônio público na sede dos Três Poderes em Brasília, cometidos por pessoas extremistas, apoiadores do candidato derrotado Jair Messias Bolsonaro, com o objetivo de provocar um golpe militar contra o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, eleito presidente do Brasil, na tentativa de impedi-lo de assumir o cargo. Assistimos, desolados, aos atos de vandalismo praticados por uma minoria inconformada, intolerante, que tentava impor a sua vontade por meio da barbárie.

Prédios públicos, símbolos nacionais, obras artísticas que representam a nossa história, depredados.

Vidraças quebradas, móveis destruídos, obras de arte e objetos históricos vandalizados, gabinetes de autoridades invadidos, documentos rasgados e até incêndios. Brasília viveu um dia inimaginável em oito de janeiro de 2023. A eleição do presidente Lula provocou uma onda de inconformismo entre os apoiadores do candidato derrotado, Jair Bolsonaro (De Santi, 2024, n.p).

Nas palavras do jornalista Maurício de Santi, da rádio Senado, os vândalos atacaram o coração da República, quando depredaram os prédios do Congresso, do Palácio do Planalto e do STF. Mas as instituições deram uma rápida resposta aos ataques, como forma de mostrar a importância dos papéis institucionais e de reafirmar o compromisso do país com a democracia.

O ato ocorreu inicialmente com a organização chamada “A Festa da Selma”, modelo de ação adotado pelos vândalos com intenções antidemocráticas. A palavra selva, que é um termo militar para o grito de guerra, foi trocada por “Selma” a fim de disfarçar a mobilização que havia sido utilizada no Brasil desde o dia 27 de dezembro nas redes sociais em grupos de conversa para a convocação dos atos antidemocráticos. No Sri Lanka, esse modelo passou a ser uma revolta popular em julho de 2022 quando uma multidão de manifestantes invadiu o palácio presidencial provocando a renúncia do presidente do país.

A invasão ocorreu inicialmente no Congresso Nacional, onde houve o rompimento da barreira de contenção instalada na Alameda das Bandeiras e a partir daí, os manifestantes se dividiram, de forma aparentemente coordenada, onde uma parte se dirigiu para o Congresso Nacional, que era o alvo mais próximo, e um segundo grupo seguiu para a via N1 em direção ao Palácio do Planalto; o terceiro grupo se concentrou na via S1 que dá acesso ao Supremo Tribunal Federal.

Os vândalos se espalharam por diversos pontos, com toda a sorte de objetos (coquetel molotov, pedras, paus, barras de ferro, estilingues com bolas de ferro, bolas de gude, artefatos explosivos, etc.), utilizando equipamentos de proteção como capacetes, máscaras simples e antigás, coletes/armaduras improvisados entre outros equipamentos e invadiram o Congresso Nacional, inicialmente pela varanda do Salão Negro, a via de acesso à chapelaria e a plataforma das cúpulas, de modo que, nesses locais, passaram rapidamente a romper obstáculos com o intuito de ingressarem no interior das edificações. Quebraram o vidro do Salão Verde e entraram em conflito com cerca de 60 policiais legislativos na Câmara e no Senado. Os policiais legislativos empregaram bombas de efeito moral e gases, conseguindo deter, provisoriamente, o avanço da multidão.

De acordo com a organização do ato, pessoas idosas faziam a coleta e distribuição de garrafas de água, utilizadas estrategicamente em tecidos sobrepostos aos rostos dos invasores em medida de proteção contra o gás e o spray de pimenta empregados pela polícia; utilizavam da estrutura e dos apetrechos da própria edificação, como aparelhos extintores de incêndio, pontaletes metálicos e mangueiras de bombeiro/hidrantes internos.

Imagem 3 - Manifestantes invadem o Congresso Nacional em 8 de janeiro de 2023



Fonte: Marcelo Camargo/Agência Brasil

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos atos de 8 de janeiro de 2023 (instituída pelo requerimento nº 1, de 2023) diz que o rompimento da barreira da frente do Ministério da Justiça ocorreu às 15h10 e que a partir daí os manifestantes invadiram o estacionamento e a parte de trás do Palácio do Planalto. Havia cerca de duas dezenas de oficiais nas linhas de controle que protegem o Palácio, número insuficiente para conter a turba. Às 15h20, o grupo derrubou as grades de isolamento, subiu a rampa, quebrou os vidros da fachada e entrou no prédio sem muita dificuldade e com isso, houve a invasão do Palácio do Planalto. Enquanto os vândalos entravam em choque com a Polícia Legislativa e depredavam o Congresso Nacional, parte dos manifestantes invadiram o estacionamento e a parte de trás do Palácio do Planalto.

No saguão, os vândalos furaram um cano e alagaram a entrada do prédio. Em seguida, depredaram o plenário. Destruíram móveis, equipamentos de informática e instrumentos de trabalho, arrancaram poltronas, vandalizaram o busto de Ruy Barbosa e roubaram objetos de interesse histórico. Os prejuízos materiais no Supremo Tribunal Federal foram estimados em R\$7.708.061.56,00 aos quais se acrescem despesas de R\$3.705.593.28,00 com a recomposição do edifício.

Os invasores subiram as escadas internas e por volta das 15h45, conseguiram chegar até o terceiro andar, que é o local do gabinete presidencial. No percurso, destruíram tudo o que estivesse ao alcance, inclusive um relógio de Balthazar Martinot do século XVII.

Os vândalos atiraram os móveis na Praça dos Três Poderes, rasgaram fotografias, esfaquearam painéis como por exemplo o painel “As Mulatas” de Di Cavalcanti, quebraram esculturas, abriram armários, furtaram equipamentos e armas, rasgaram telas e quebraram o mobiliário do museu do senado, picharam paredes, quebraram vidraças, depredaram o plenário do senado, vandalizaram quadros e esculturas do Salão Verde, roubaram objetos em exposição e iniciaram um incêndio. Os prejuízos materiais por conta da invasão foram estimados em R\$3.500.000,00 no Senado Federal e R\$3.556.509,14 na câmara dos deputados.

Imagem 4 - Paineis “As mulatas” de Di Cavalcanti.



Fonte: Alfredo Mergulhão (2023)

Imagem 5 - “O relógio” de Balthazar Martinot.



Fonte: Alfredo Mergulhão (2023)

A Comissão Parlamentar ainda fala que na Praça dos Três Poderes, os radicais bolsonaristas foram confrontados pela Polícia Judicial, do STF. Os policiais judiciais, em pequeno número, não contaram com nenhuma ajuda da Polícia Militar do Distrito Federal, que assistiu parados à invasão do Supremo Tribunal Federal, iniciada às 15h37. No STF, os insurgentes picharam a Estátua da Justiça de Alfredo Ceschiatti e atiraram tinta à fachada que teve os vidros quebrados.

Imagem 6 - A estátua da justiça de Alfredo Ceschiatti.



Fonte: Bnews (2024)

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de janeiro de 2023(Instituída pelo Requerimento nº 1, de 2023) ainda cita que os prédios invadidos começaram a ser desocupados pelas forças de segurança por volta das 16h do mesmo dia e ficaram liberados antes das 18h 30. Para isso, no entanto, foram necessárias a intervenção das polícias Militar e Federal. A ação foi feita de diversas formas: no ar, com helicópteros atirando bomba de gás, no chão, carros blindados, tropa de cavalaria e soldados usando bombas de efeito moral, tiros de borracha, jatos de água e spray de pimenta. Cessados os atos de vandalismo, o STF ordenou que os acampamentos fossem demolidos. Com isso, as bases bolsonaristas no entorno de quartéis foram desmobilizadas.

O presidente Lula instaurou uma intervenção federal no Distrito Federal para conter a manifestação, centenas de pessoas foram detidas, incluindo autoridades. Muitas dessas pessoas tiveram prisão em flagrante convertida em preventiva, segundo foi noticiado, a organização do ato havia começado no mês anterior.

Após as invasões aos palácios do Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal e Presidência da República em 8 de janeiro, a reação das autoridades foi imediata. Dois objetivos foram estabelecidos: o primeiro era punir os vândalos e identificar os mentores da invasão; o

segundo, apurar as responsabilidades do poder público que não foi capaz de impedir as depredações.

Nos dias seguintes aos atos, servidores de diferentes setores do Senado começaram o trabalho de levantar os danos e recuperar o que foi danificado. Relatório da Secretaria de Infraestrutura da Casa aponta que o custo de recuperação das instalações foi de R\$ 829.412,28. Esse valor inclui material e mão de obra em serviços como retirada de entulhos e reposição de vidros e de outras estruturas danificadas. Entre os principais estragos deixados pelos manifestantes está o carpete azul, que é a marca do Senado e que teve que ser totalmente substituído (Agência Senado, 2024, n.p).

Foi solicitada a condenação dos denunciados pelos crimes de associação criminosa armada; abolição violenta do Estado Democrático de Direito; golpe de Estado; dano qualificado pela violência e grave ameaça com emprego de substância inflamável contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo para a vítima e deterioração de patrimônio tombado. A pedido de Rodrigo Pacheco, o Ministério Público também solicitou o bloqueio de bens para reparar os danos, tanto os materiais ao patrimônio público quanto os morais coletivos (não é justo que o povo brasileiro pague a conta da depredação praticada por criminosos).

A Lei nº.9.605 “Dos Crimes Ambientais – LCA” de 12 de fevereiro de 1998 fala sobre a tutela do meio ambiente, bem jurídico difuso, transindividual e intergeracional, de propriedade de todos. O meio ambiente é formado não apenas da forma natural do meio ambiente, mas também a forma artificial, que é aquela construída pelo ser humano e que é provido de valor arquitetônico, paisagístico, cultural, histórico ou urbanístico. Nesse sentido, a lei prevê os crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural, enquadrando-se como meio ambiente artificial, produto do trabalho humano.

Já as equipes de restauradores e conservadores do Museu do Senado e do Serviço de Gestão de Acervo Museológico se dedicaram a recuperar as obras de arte danificadas na invasão. Entre elas, o painel do artista Athos Bulcão, de 1976, que foi perfurado; e duas tapeçarias, manchadas por urina, uma delas assinada por Burle Marx e a outra um tapete persa; além de uma tela do artista gaúcho Guido Mondim, datada em 1967, que foi retirada da moldura e jogada no chão pelos vândalos. Essa tela foi recuperada em apenas cinco dias. Maria Cristina Monteiro, do Museu Histórico do Senado Federal, destacou a importância dos restauradores conservadores para os museus e, em especial, para a sede do Legislativo federal: Eles são indispensáveis. Não existe um museu sem esses profissionais (De Santi, 2024, n.p).

Após a descrição sobre os atos do dia 8 de janeiro de 2023, serão colocadas algumas reflexões pertinentes aos atos de vandalismo da arte ocorridos nessa data.

3.3 REFLEXÕES SOBRE O 8 DE JANEIRO

Entre maio e dezembro de 2022, diversos ataques a obras em museus europeus foram noticiados; porém, diferentemente do que aconteceu no Brasil aos 8 de janeiro de 2023, a autoria dos ataques foi assumida por um grupo ativista, com o objetivo político de chamar a atenção para a sua causa, mas mostrando uma preocupação em preservar o estado de conservação das obras escolhidas para o protesto. No ataque à praça dos Três Poderes, em Brasília, as obras de arte não foram preservadas; as motivações partidárias as depredaram.

A brutalidade dos atos e a ignorância das pessoas sobre o patrimônio depredado constituem atos de vandalismo. E cabem as perguntas: o que a arte representa para essas pessoas? Que tipo de conhecimento elas tinham sobre o que elas estavam depredando? Quais motivações, além das partidárias, levavam-nas a destruírem aquelas obras? Não sabiam que naquela sala tinha uma série de itens que também as representavam, que contavam um pouco da história do seu povo?

No caso dos museus europeus, as obras foram escolhidas por motivos relacionados ao futuro do mundo e ao meio ambiente. Em Brasília, o alvo não era simplesmente um objeto que representasse uma mensagem, mas qualquer objeto que estivesse na frente, entre eles, várias obras de arte. As motivações partidárias, tendo como base a intolerância e a discriminação, sustentaram os atos de vandalismo no 8 de janeiro de 2023.

O que predominou nesses atos de vandalismo: a ignorância ou a intolerância política? As pessoas que passaram por aquelas salas, por motivações partidárias, sabiam que o que estava ali eram obras do patrimônio artístico ou a enxergaram como objetos quaisquer que representavam a oposição as suas ideias? Destruindo as obras de arte pensavam estar destruindo, também, a possibilidade de o presidente eleito assumir o seu cargo?

Há que se considerar que a intolerância política dividiu brasileiros na campanha eleitoral para presidente em 2022, como se nunca tinha visto. A grande predominância das fake News, aliada ao fato de os debates políticos entre candidatos não transcorrerem no campo das ideias e sim, no insulto às pessoas dos candidatos, a polarização entre o bem e o mal, o temente a Deus e o comunista, o certo e o errado, demonstra a falta de amadurecimento no exercício da cidadania, tendo como consequência um terreno fértil para o fanatismo, para a polarização, para as situações extremistas, como os atos de vandalismo, inviabilizando os diálogos e a discussão de projetos para a sociedade.

Para evitar conflitos, muita gente se omitiu de falar ou discutir sobre ideias políticas. Muitas famílias ficaram divididas, separadas, em razão de suas posições políticas e evitando

conflitos maiores. A dificuldade de dialogar com quem tem opinião política diferente também polarizou muitos grupos de amigos. Esse clima hostil, a dificuldade de dialogar com quem pensa diferente, o fanatismo político, também podem ter estimulado a brutalidade dos atos de vandalismo de 8 de janeiro de 2023.

A intolerância também predomina onde há preconceitos, falta de conhecimento, onde vigora a ignorância. No caso da arte, há que se refletir: se a arte é uma linguagem, é natural que faça parte do cotidiano dos indivíduos; como não é reconhecida por eles? Até que ponto aquela parcela da sociedade que invadiu a Praça dos Três Poderes por motivações políticas, reconhece a arte, compreende o que ela representa e como ela se manifesta? Apesar de nas últimas décadas, as obras de arte estarem mais presentes na vida das pessoas, sendo exibidas nas ruas, nas praças, em galpões, ao ar livre e não mais somente em lugares ditos específicos para a arte como museus, departamentos públicos, teatros e casas de cultura, a ignorância sobre o que a arte realmente representa ainda se faz presente.

Talvez, devamos refletir, também, sobre a importância do ensino das artes na escola; até que ponto a arte é ensinada como sendo veículo de expressão de identidade de um povo, da sua memória histórica, da sua cultura? A arte é cultura, precisa ser conhecida, ensinada. Reforçar aos alunos a ideia do contexto histórico da produção de uma obra, a época que ela retrata, o que ela diz de nós, o que ela fala do nosso lugar e do nosso povo, como ela representa o que sentimos, como ela nos sensibiliza. Se essa abordagem fosse efetivamente praticada nas escolas, provavelmente, anularia a compreensão da arte como mera representação de um partido político ou de um objeto sem expressão.

Pensar enquanto povo brasileiro nas nossas diferenças, em como as minorias são pensadas nesse País, como não são aceitas, e conversar sobre a necessidade de um ensino de arte antirracista, que mostre que as mulheres estão presentes na história da arte, que a arte não foi feita só para elite, mas que a arte é um conhecimento que precisa estar na escola e para todos. Aula de arte não é aula de enfeite, é aula para a gente desenvolver pensamento crítico, refletir sobre o mundo, desenvolver a produção artística brasileira e mundial, e assim por diante. (...) A arte não pode se distanciar das pessoas (Valentim⁶, 2023, n.p).

⁶ Rozana Vanessa Fagundes Valentim de Godoi é professora no curso de Artes Visuais da Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (FAALC), na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Graduada em Educação Artística - Licenciatura Plena, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutora em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados e integrante do GEPHEMES-Grupo de Pesquisa História da Educação Memória e Sociedade.

Em cada obra depredada por aquelas pessoas que invadiram a Praça dos Três Poderes havia um desejo de chamar a atenção para a questão política; mas além de chamar a atenção para esse motivo, a depredação gerou, também, visibilidade para a obra vandalizada, reconhecimento do seu valor e, após os restauros, os atos de 8 de janeiro também estarão atrelados à memória daquela obra. Mas isso não ameniza a violência dos atos de vandalismo cometidos contra elas.

Nesse capítulo foram relatados os atos de 8 de janeiro de 2023 e as depredações no patrimônio artístico da praça dos Três Poderes; também foram feitas reflexões acerca da ignorância e da intolerância que deram sustentação às motivações das manifestações ocorridas.

CONCLUSÃO

Neste trabalho refletimos acerca dos atos de vandalismo na arte, as motivações que os sustentam e, mais especificamente os atos ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023, que agrediram a memória cultural do país.

A necessidade de criar arte e realizá-la efetivamente, pode se manifestar em qualquer ser humano, com diferentes significados e representações, suscetível dos mais diversos gostos. As obras de arte são meios de expressão de diferentes emoções e portadoras de inúmeros significados, portanto, sempre exerceram um grande poder sobre a sensibilidade humana; esse poder pode suscitar motivações diversas entre seus admiradores e entre seus agressores; nestes últimos, os sentimentos, os ideais, e as crenças que elas transmitem, e com os quais eles podem não concordar, podem perturbá-los e levá-los à destruição dessas obras, sendo esse vandalismo uma reação de escape para os problemas desses indivíduos.

Tanto a censura, como aquilo que proíbe tudo que possa perturbar a ordem vigente, como o vandalismo, que personifica o ato de destruir, são consequências dos preconceitos, discriminações e intolerância existentes na sociedade, desde sempre; portanto, apesar de ser sobretudo na arte que mais se coloca a necessidade de abertura de ideias, de se respeitar o direito à diferença artística, pôr em prática uma cultura democrática, foi na arte que a intolerância, o preconceito e a discriminação, ao longo da História, fez grande depredação.

Na contemporaneidade, apesar da propagação do respeito à diversidade, da democracia e da liberdade de expressão, ainda permanecem as discriminações, os preconceitos, as rejeições a intolerância, que levam à censura e ao vandalismo; porém, a democracia exige a convivência dos divergentes, a tolerância entre as pessoas.

No 8 de janeiro de 2023 tivemos uma grande manifestação de intolerância e rejeição por parte de um grupo da sociedade brasileira, que depredou o patrimônio artístico instalado na Praça dos Três Poderes, em Brasília; atos que podem ter sido motivados pelo negacionismo, pela desinformação, fake News, autoritarismo, preconceitos que vigoravam na época e que formaram um campo fértil para o fanatismo, para a polarização da sociedade, para o fortalecimento da intolerância, tornando difícil o diálogo entre pessoas que pensam diferente; as redes sociais também amplificaram essa intolerância e os discursos de ódio. Esse clima de extremismo culminou com a ocorrência dos atos de vandalismo contra os objetos artísticos, que abalaram a memória cultural e a história de um povo.

Esses atos de vandalismo contra a arte também podem estar relacionados aos preconceitos, à ignorância sobre o que a arte representa, à falta de conhecimento sobre a sua importância na sociedade, geradas, em parte, pelo baixo nível de escolaridade da população brasileira, pela exclusão social.

Atos de vandalismo atacam a preservação da nossa história materializada no patrimônio cultural; mas, apesar das leis que normatizam as medidas para prevenirem e reprimirem esses atos de destruição intencional ao patrimônio artístico e cultural, não é fácil solucionar o vandalismo na arte pública, pois cada caso é um caso e necessita de olhares e intervenções diferentes. A motivação que leva a vandalização de uma obra de arte exposta em uma praça pública pode não ser a mesma motivação da depredação de obras dentro de um prédio que representa os poderes de uma nação.

Os atos de 8 de janeiro de 2023 foram consequência das motivações partidárias que se consolidaram na ignorância e intolerância política, levando ao extremismo expresso no vandalismo que vilipendiou as obras de arte que representam a nossa identidade e memória cultural.

Em situações extremas de intolerância, falta respeito à democracia, à diversidade, ao diálogo. O diálogo é fundamental para discutirmos assuntos necessários à sociedade, como educação, meio ambiente, preservação do nosso patrimônio artístico e cultural. Respeitar a diversidade e ser tolerante são atitudes fundamentais para a harmonia da sociedade, para a preservação da nossa história e da nossa memória cultural.

Ademais, preservar a nossa história é um direito que todos nós temos, por nós e pelas futuras gerações; encontrar caminhos para concretizar essa preservação também é um dever de cada um e de toda a coletividade humana.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Thais de. **Por que as pessoas vandalizam obras de arte?**. 2022. Disponível em: <<https://arteref.com/arte/curiosidades/por-que-as-pessoas-vandalizam-obras-de-arte/>> Acesso em: 21 fev.2024.
- ARTE REF. **Século de Ouro, Partenon e o Período Clássico ateniense**.2021. Disponível em:<<https://arteref.com/movimentos/seculo-de-ouro-partenon-e-o-periodo-classico-ateniense/>>
- AVENTURAS NA HISTÓRIA. Aventuras na. **Londres nega devolução de esculturas do templo de Partenon a Atenas**.2023 .Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/londres-nega-devolucao-de-esculturas-do-templo-de-partenon-atenas.phtml>> Acesso em: 15 abr.2024.
- CADAVEZ, Candida. Riscos e proteção patrimonial – (a caminho de) uma fruição mediada em ambientes turísticos e museológicos. **Revista Iberoamericana**. Penedo, v.8, n.4, pp. 53-68, 2018.
- CARDOSO, Rafael. **Vandalismo ou iconoclastia? A fonte Ramos Pinto, no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Concinnitas, n.42, 28 out.2021.
- CARMELINO, Ana Cristina; RAMOS, Paulo. **Do Insulto ao ridículo, do ridículo à crítica humorística**. Natal: Ed. GELNE. n.1, jun.2023.
- CORREIA, Victor. **A Censura e o Vandalismo na Arte**. Porto, Ed. Página a Página, 2019.
- DE SANTI, Maurício. **Oito de Janeiro – Democracia Restaurada**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/reportagem-especial/2024/01/04/8-de-janeiro-democracia-restaurada> Acesso em 29 abr.2024
- DUTRA, Helena. **O que é patrimônio Material e Imaterial?**. 2023. Disponível em:<<https://www.sienge.com.br/blog/patrimonio-material-e-imaterial/>> Acesso em: 02 abr.2024.

FONSECA, Gabriela Graciosa da. **Vandalismo é patrimônio: O quadro de Pedro II no Museu Histórico Nacional (2017 -2018)**. Rio de Janeiro, 2019.

GASPARETTO JUNIOR, Antônio. **Vândalos**. Disponível em:
<<https://www.infoescola.com/povos-germanicos/vandalos/>> Acesso em: 12 mar.2024.

LIVIANU, Roberto. **Censura nunca mais**.2022. Disponível em:
<<https://www.poder360.com.br/opinioao/censura-nunca-mais/>> Acesso em: 12 mar.2024.

MACHADO, Diego. Onde vivem os “vândalos”? As incongruências em uma política nominalista das diferenças na cidade de Joinville (SC). **Revista Confluências**, v. 7, n. 2, pp. 52 - 65, 2018.

OLIVEIRA, Alecsandra Matias. Memória e resistência. **Interthesis**, Florianópolis, V. 10, n. 2, p. 429-433, jul/dez. 2013. Disponível: <https://jornal.usp.br/artigos/arte-e-politica-eterna-questao/> Acesso:21 out. 2024

PROSSER, Elisabeth Seraphim. **Intervenção Urbana: vandalismo ou arte?** Curitiba, 2005.

ROBICHEZ, Juliette. A destruição deliberada do patrimônio cultural da humanidade: “crime de guerra” ou “crime contra a humanidade”? **Revista de direito**. Brasília: Ed. UniCEUB, v. 17, n.3, 12 mar. 2020.

SOUZA, Marília Martha França. **Ensino de arte e patrimônio cultural: uma ação educativa em torno da azulejaria luso-brasileira de São Luís do Maranhão**. João Pessoa, 2019.

SANTANA, Ana Lucia. **Vandalismo**. Disponível em:
<<https://www.infoescola.com/comportamento/vandalismo/>> Acesso em:12 mar. 2024.

SOUZA, Ana Carolina. **Pichação: arte ou vandalismo?** 2018. Disponível em:
<<https://www.politize.com.br/pichacao-arte-ou-vandalismo/>> Acesso em: 12 mar.2024.

WIKIPÉDIA. **Parternon**. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Partenon>> Acesso em: 12 mar.2024.